

## As contribuições de Caio Prado Júnior para a história ambiental no Brasil

Francisco das Chagas Silva Souza – CEFET/RN

*O bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde  
fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.*

Marc Bloch

### RESUMO

Caio Prado Júnior (1907-1990), um dos maiores intelectuais do século XX, foi um dos responsáveis pela renovação da historiografia e das ciências humanas no Brasil na década de 1930. Estudou o Brasil de forma abrangente e ampliou as discussões até então consideradas consolidadas. Dada a importância que esse autor dedicou ao meio ambiente, em algumas de suas obras, este trabalho pretende investigar a maneira pela qual seus escritos contribuíram para a chamada História Ambiental, uma “nova” história ou campo de estudo historiográfico que tomou impulso na década de 1970, em decorrência do fortalecimento do movimento ambientalista.

Palavras-chave: Caio Prado Júnior. Meio Ambiente. História Ambiental.

### RESUMÉ

Caio Prado Júnior (1907-1990), est parmi les plus grands intellectuels du vingtième siècle, étant un des responsables par le renouvellement de l'historiographie et des sciences humaines au Brésil dans les années trente. Il a étudié le Brésil avec ampleur, élargissant les débats sur des sujets considérés déjà consolidés à l'époque. Vue l'importance déployée par cet auteur, dans certaines de ses oeuvres, à la question de l'environnement. Nous proposons, dans cet étude, à faire une recherche sur comme ses écrits ont contribué au développement, de l'ainsi appelé, Histoire Environnementale. Celle-ci étant une “nouvelle” Histoire ou domaine d'étude historiographique, qui a pris de l'essor aux années soixante-dix, comme résultat du renfort du mouvement environnementaliste.

Mots-clés: Caio Prado Júnior. Environnement. Histoire Environnementale.

## INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX foram marcadas por grandes debates sobre as relações entre as sociedades humanas e a natureza. Assim, fenômenos como as poluições do ar, água e solos, efeito estufa, alterações climáticas, desflorestamento, dentre outros, tornaram-se temas presentes em debates dentro e fora da academia. Além disso, propostas de gestão do meio ambiente e de educação ambiental passaram a figurar como ponto de pauta das políticas sociais e governamentais, programas de partidos políticos e de ONGs. Popularizou-se o termo *desenvolvimento sustentável*, o qual, dada a abrangência do seu conceito, passou a ser usado em todos os discursos, independente da filiação partidária ou das ideologias.

Em face dessas mudanças, o tema meio ambiente não se restringe mais às ciências da natureza. Ao contrário, percebemos nos dias atuais uma “ecologização” das ciências humanas uma vez que estas também têm procurado se adequar à nova realidade, na medida em que procuram analisar as relações humanas dentro de determinados espaços e tempos.

Dessa maneira, em se tratando do campo historiográfico, vemos a consolidação da chamada *História Ambiental*, principalmente a partir dos anos 70 do século XX, embora devamos lembrar, por uma questão de justiça, que intelectuais renomados como Fernand Braudel e Emmanuel Le Roy Ladurie consideraram a variável ambiental nas suas obras desde a primeira metade do século passado e, no Brasil, estudiosos como Capistrano de Abreu, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, dentre outros, preocuparam-se em salientar a importância que a natureza brasileira teve na economia colonial.

Este artigo tem como objetivo discutir a contribuição que as análises de Caio Prado Júnior deram para a História Ambiental no Brasil. Elegemos como texto básico para a nossa discussão, o clássico *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*, publicado em 1942. Apesar de esse autor ter publicado várias outras obras que também se tornaram clássicas, consideramos esta como de maior peso para o objeto do nosso trabalho.

É válido destacar que não nos preocupamos em discorrer sobre todas as situações em que Prado Jr. faz alusão à variável ambiental em sua obra, o que tornaria o nosso trabalho extenso e exaustivo. Priorizamos, assim, as considerações que ele fez quanto à relevância dos fatores naturais para o estabelecimento da colonização de exploração, para o povoamento e para a expansão e crise de atividades econômicas de destaque nesse período de nossa história.

## CAIO PRADO JÚNIOR: PERFIL BIOGRÁFICO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

Caio Prado Júnior (1907-1990) pertenceu a uma das mais ricas e influentes famílias de São Paulo, os Silva Prado, cujo destaque vinha não apenas da fortuna que fez com as exportações de café, mas também com a participação na política paulista e no mundo intelectual. Dentre os seus ancestrais, destacam-se não apenas comerciantes, fazendeiros, barões do café, empresários e políticos, mais ainda dois importantes historiadores: Eduardo e Paulo Prado.

Como era comum entre os membros da elite, Caio Prado teve uma educação esmerada: estudou em alguns dos melhores colégios de São Paulo e, através da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, tornou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais aos 21 anos. Exerceu a advocacia por pouco tempo: seu fascínio pela política levou-o para outros caminhos. Em 1926, foi um dos fundadores do Partido Democrático (PD), agremiação política que mais tarde iria apoiar a Aliança Liberal e a Revolução de 1930, da qual o jovem Caio foi um militante ativo.

A inconsistência política e ideológica do governo Vargas, logo após a Revolução, levou-o a filiar-se ao Partido Comunista do Brasil, em 1931, onde permaneceria por quase toda a sua vida. A adesão ao socialismo marcou a sua vida intelectual: em 1933, publicou *A evolução política do Brasil*, em cujo trabalho buscou traçar uma síntese do nosso percurso político. Essa obra é considerada a primeira tentativa real de usar o materialismo histórico – visto por Caio Prado como “um método relativamente recente” – na interpretação da experiência brasileira (RICUPERO, 2007, p. 133).

No período em que passou como estudante na Universidade de São Paulo, aproximou-se de professores da missão francesa que deram início à universidade. Os contatos com o historiador *Fernand Braudel*, o antropólogo *Claude Lévi-Strauss* e o geógrafo *Pierre Deffontaines*, por exemplo, renderam-lhe descobertas intelectuais e influências em suas obras. Viu-se seduzido pela geografia e a sua utilidade através das diversas viagens que fez pelo Brasil, o que ficou patente nas suas obras.

Na França, em 1937, onde se exilou dois anos após ter sido preso por participar da Intentona Comunista, iniciou a escrita de *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, uma das suas mais importantes obras, publicada em 1942, quando já estava no Brasil. Este livro, ao lado de *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, é considerado uma obra chave para todos aqueles que se interessem e queiram refletir sobre o Brasil. Três anos depois, em 1945, publicou sua terceira obra de peso: *História econômica do Brasil*, um texto interpretativo da formação econômica nacional, desde o período colonial até os anos 30 do século XX. Trata-se de um relato simples e didático e, em grande parte, um reaproveitamento de *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Em 1947, elegeu-se deputado federal pelo PCB por São Paulo, porém, no ano seguinte, perdeu o mandato quando o partido foi posto na ilegalidade. Na década de 50, com o objetivo de tornar-se professor na USP, escreveu a tese *Diretrizes para uma política econômica brasileira*, estudo que, mais tarde, congregou um grupo de amigos comunistas insatisfeitos com a política e a interpretação do Brasil feita pelo PCB. Com esse grupo criou, em 1955, a *Revista Brasiliense*, um veículo onde eram publicadas análises mais aprofundadas sobre o nosso passado, nas quais eram questionadas a aliança comunista com o populismo e a tese de que houve feudalismo no Brasil. Com o golpe militar de 1964, a revista foi fechada (RICUPERO, 2007). Em 1966, em plena ditadura militar, Caio Prado publicou mais uma obra de grande relevo: *A revolução brasileira*, na qual retomava as discussões presentes na *Revista Brasiliense*. O livro lhe rendeu o prêmio Juca Pato, mas também foi motivo para levá-lo à prisão.

Se fizermos uma análise da trajetória de vida e obra de Caio Prado Jr., veremos que em alguns aspectos ele foi exemplo de maturidade política e intelectual. Sua vida e produção acadêmica foram marcadas por rupturas não só de classe e de ideologia, mas ainda quanto ao teor das interpretações do Brasil realizadas até o final da década de 1920. A amplitude e a importância de tais rupturas são salientadas por biógrafos e autores que analisaram as suas obras. Para Reis (2007), por exemplo, “Caio Prado saiu da alta tradição, do passado colonial, para a revolução socialista, para o futuro: eis a dimensão do seu salto, que até sugere a impressão de um ‘suicídio simbólico’, tamanha a altura e a distância de mudança de posição” (p. 174).

Nas suas viagens pelo Brasil, procurou conhecer de perto as relações de trabalho e de produção em cada recanto do país. Surpreso com o que viu, afirmou: “Eu era na realidade um burguês rico, de educação e visão europeia, acostumado ao conforto material. Ignorava até então a nossa realidade”. Costumava dizer que naquele instante foi despertado para os problemas brasileiros, buscando responder aos porquês deles e apontando possíveis soluções. A partir de então, começou o seu engajamento e o seu estudo sistemático do Brasil. Passou a trabalhar com o presente e o passado, em vista do futuro, perseguindo para sempre tais atividades (CASTELANI; BELATTO, 2008).

Conforme Diehl (2004, p. 352), Caio Prado foi o primeiro autor a trazer para a historiografia a interpretação dialética da história, cuja originalidade muito contribuiu para o pensamento social brasileiro. De acordo com esse autor, a produção do conhecimento histórico realizada por Prado Jr. introduz, via materialismo histórico, as classes sociais no conjunto das explicações do passado, o que o distinguiu de autores como Gilberto Freyre e Varnhagen.

Diehl assegura que a contribuição de Prado Jr:

[...] está não em abandonar a questão da raça, da problemática tradicional e conservadora, mas em arranjá-la numa outra perspectiva teórico-metodológica; sua indagação vai ao encontro do *sentido da colonização*, procurando na história as ligações a serem apreendidas para redefinir o curso do presente. Há, portanto, em Caio Prado Jr., não apenas um distanciamento da historiografia novecentista, por um lado; por outro, sua contribuição também é uma ruptura dentro da própria interpretação marxista ortodoxa, esquemático-mecânica da realidade brasileira, especialmente na cristalização e codificação doutrinária do *marxismo-leninismo*, do estilo stalinista, que impunha pesados sacrifícios à dialética original (DIEHL, 2004, p. 353, grifos do autor).

Segundo ainda o autor em tela, a obra pradiana nos revela como o presente se articula com o passado, pois Prado Jr. parte de uma problemática do presente para a reconstituição do passado. Sua tese central seria fazer historicamente a genealogia das raízes do Brasil contemporâneo e os desafios da revolução brasileira. Dessa forma, em seu conjunto, destaca quatro pontos centrais nos estudos de Prado Jr., apresentados resumidamente a seguir:

- 1 – *O sentido da colonização*: tema mais constante na historiografia do autor, para ele, o sentido histórico da colonização é resultante de um apêndice do capital comercial europeu a partir do século XVI. Trataremos dessa questão mais adiante.
- 2 – *O peso do regime de trabalho escravo na constituição da sociedade brasileira*: a escravidão, até o século XIX, determinou a organização do trabalho e da vida, a economia, a política e a cultura. Criou também valores, ideias, padrões, doutrinas, modos de ser, agir e pensar.
- 3 – *A peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado*: o passado não parece ser múltiplo, diversificado, mas presente. A nossa história é, em muitos casos, uma atualidade, o que é percebida através de heranças do escravismo; das comunidades indígenas, afro-brasileiras e camponesas.
- 4 – *A ideia de revolução*: em oposição às interpretações da Terceira Internacional e do PCB, Prado Jr. negou a presença de um feudalismo no Brasil, ressaltando que o nosso país não necessita de uma revolução agrária e antifeudal para se tornar moderno e capitalista. Tal postura gerou intensos debates dentro e fora do marxismo brasileiro.

Apesar das críticas que lhes foram feitas<sup>1</sup>, as relevantes contribuições de Caio Prado Jr. deram para que se construísse um outro olhar sobre o Brasil, tornando-o um modelo e um ídolo para muitos intelectuais brasileiros: em alguns trabalhos, os autores enfatizam as semelhanças com as suas ideias; noutros, claramente maniqueístas, consideram-no *do bem*, ao lado de Sérgio Buarque de Holanda, opondo-se ao *mal*, representado por Gilberto Freyre (REIS, 2007).

## HISTÓRIA E QUESTÃO AMBIENTAL

A questão ambiental é historicamente nova. Ela se caracteriza como a contradição que se estabeleceu entre o modelo de desenvolvimento capitalista, gerado a partir do século XVIII, e a capacidade de sustentação da natureza. Assim, apresenta-se como um posicionamento crítico diante da modernidade e de um processo civilizatório caótico, podendo ser resumida como a contradição entre o homem e a biosfera.

Dessa maneira, a consciência crescente dos efeitos produzidos pela ação humana sobre a natureza tem sido objeto de estudo dos mais variados campos da ciência. Tal postura intensifica-se a partir da década de 60 do século passado, quando são publicados alguns trabalhos revelando os prejuízos causados ao meio ambiente pelos avanços da economia e da tecnologia. Em face disso e ainda por demonstrar que a produção do conhecimento histórico se dá em sintonia com seu próprio tempo, os historiadores, principalmente a partir de 1970, têm dirigido suas indagações de forma sistemática em direção à natureza, a ponto de criarem um novo “ramo” de estudos: a “História Ambiental”.

A difusão do termo “História Ambiental” deu-se através de historiadores norte-americanos reunidos, em 1977, em torno da fundação da Sociedade Americana de História Ambiental (*American Society for Environmental History*). Nas décadas seguintes, esse “campo” ou “abordagem” (ainda não há consenso entre os estudiosos) vem ganhando terreno, ampliando o número dos seus praticantes e alcançando mais países fora da América do Norte. A criação da *European Society for Environmental History*, em 1999,

1 De acordo com Reis (2007, p. 177), historiadores como C. F. Cardoso e C. N. Coutinho criticaram os limites do marxismo nas obras de Caio Prado. Já N. W. Sodré ironizou a sua defesa quanto à presença do capitalismo no nosso passado colonial. Outros estudiosos criticam o economicismo presente nas suas obras e o fato de suas análises estarem pautadas em fontes secundárias.

e da *Sociedad Latino-americana e Caribenha de História Ambiental* (SOLCHA), em 2004, evidenciam esse fato (DUARTE, 2005).

Para o historiador norte-americano Donald Worster, da Universidade do Kansas – um dos maiores expoentes da história ambiental –, essa “nova história”:

[...] rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e ‘super-natural’, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas. A velha história não poderia negar que vivemos neste planeta há muito tempo, por desconsiderar quase sempre esse fato, portou-se como se não tivéssemos sido e não fôssemos realmente parte do planeta. Os historiadores ambientais, por outro lado, perceberam que não podemos mais nos dar o luxo de sermos tão inocentes (WORSTER, 1991, p. 199).

Dessa forma, para Worster (1991), a história ambiental nasce de um objetivo moral, tendo também fortes compromissos políticos. Ela tem por finalidade “[...] aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” (p.199). Em síntese: para o autor, a história ambiental trata do papel e do lugar da natureza na vida humana.

Uma revisão na literatura nos permite inferir que o cerne da história ambiental seria o estudo das representações que o homem elaborou da sua condição, do meio ambiente na sua totalidade e da legitimação que essas ideias ofereciam às suas práticas. Ela resulta de um projeto “reformista” de alguns historiadores que pretendem combinar a história natural com a história social, ou seja, colocar a sociedade na natureza, o que implica em “atribuir aos componentes naturais ‘objetivos’ a capacidade de condicionar significativamente a sociedade e a cultura humanas” (DRUMMOND, 1991, p. 180).

É importante lembrar que a presença dos fatores naturais na produção historiográfica não deve ser concebida como uma volta ao *determinismo* natural, princípio defendido no século XIX por muitos estudiosos, pois, se, por um lado, é certo que a cultura humana age sobre o meio físico-material, propiciando significados e usos complexos dos seus elementos, por outro, não podemos negligenciar a capacidade que os componentes naturais têm de influir de forma expressiva sobre os rumos da história de uma sociedade.

Malgrado o fato de que a variável ambiental na historiografia não seja algo inédito, não é errôneo afirmarmos que a maior parte das pesquisas nessa área das ciências ainda deixa a desejar nesse aspecto.

Em suas análises, muitos pesquisadores comportam-se como se a humanidade fosse imune aos fatores da natureza. Uma prova disso é que um maior envolvimento das disciplinas sociais com essa temática só se tornou evidente a partir das denúncias de impactos ambientais feitas pelos cientistas naturais e da consequente expansão do movimento ambientalista na década de 70 do século XX.

Ao analisar esse aspecto na historiografia brasileira, Martins (2007, p. 18) comenta: “É como se o cenário da história necessitasse apenas do tempo, da cronologia”. A seguir, ironiza:

[...] pode-se perfeitamente imaginar que, ao ler um livro de História do Brasil, um marciano ou selenita localize a sociedade brasileira em qualquer porção da faixa tropical do planeta Terra – na Indonésia, no litoral sul da Índia, na costa ocidental da África. Este leitor extraterrestre obterá pouquíssimas informações sobre as paisagens brasileiras, as plantas e os animais que aqui vivem ou viveram, os recursos naturais, as interações das populações com o meio ambiente etc. (MARTINS, 2007, p. 18).

No Brasil, apesar de julgarmos procedentes as críticas feitas por Martins, não podemos esquecer os estudos clássicos gerados por *João Capistrano de Abreu*, *Sérgio Buarque de Holanda*, *Caio Prado Júnior* e *Gilberto Freyre*. Ademais, é válido salientar que estudiosos europeus e brasileiros, já nos séculos XVIII e XIX, por influência do Iluminismo, produziram obras em que as críticas ambientais ocupavam lugar de destaque<sup>2</sup>.

Nos últimos anos têm sido profícuas as publicações no campo da História Ambiental, bem como a divulgação de pesquisas em encontros científicos. De acordo com Drummond (1991), os trabalhos nessa temática geralmente têm as seguintes características metodológicas e analíticas:

1 – Focalizam uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural: um território árido, o vale de um rio, uma ilha, um trecho de terras florestadas, um litoral, a área de ocorrência natural de uma árvore de alto valor comercial e assim por diante.

2 Nesse aspecto, sugerimos a leitura das obras *A ferro e fogo*, do brasilianista Warren Dean; e *Um sopro de destruição*, de José Augusto Pádua.

- 2 – Dialogam com quase todas as ciências naturais – inclusive as aplicadas – pertinentes ao entendimento dos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas.
- 3 – Explora as interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas.
- 4 – Utiliza grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre as sociedades e o seu ambiente.

#### A PRESENÇA DA NATUREZA NOS ESTUDOS DE CAIO PRADO JÚNIOR

As incursões de Caio Prado Júnior no campo da historiografia seguiram na contracorrente de muitos dos seus contemporâneos: contrariando a predominância positivista, esse autor não teve a excessiva preocupação com datas, dinastias e batalhas. O que lhe interessava era a vida diária, a produção, o movimento dos negócios, as técnicas de plantio, os costumes, o mecanismo de transmissão da propriedade, etc. Dado a esse aspecto, podemos afirmar que a sua obra abrange os variados campos das chamadas Humanidades.

Assim, ao nos enveredarmos numa busca pela variável ambiental nas obras *Formação do Brasil contemporâneo*, vamos perceber, logo de início, o quanto a Geografia foi utilizada por Prado Jr. como instrumento de trabalho para o conhecimento do país e para a compreensão da nossa história. Para Correa (2006, p. 66), Prado Jr. aprimorou, nessa obra, os estudos do historiador cearense Capistrano de Abreu, em cujo modelo o espaço geográfico foi claramente inserido no relato historiográfico.

Entretanto, para efeito de um estudo mais acurado sobre a presença do meio ambiente nessa obra, consideramos necessário salientar a tese principal do autor, haja vista que é na sua argumentação que o espaço natural brasileiro é trazido para o debate. É, portanto, ancorado numa concepção sobre a formação histórica brasileira, que irá apresentar os impactos que o sistema colonial causou à natureza, mas sem negligenciar ou obscurecer os entraves que o meio natural impôs à empresa colonial.

Em *Formação do Brasil contemporâneo*, Prado Jr. afirma que, para se compreender a história brasileira, é preciso localizar o sentido que revela a nossa formação colonial. A parte mais importante do livro é, que delinea a sua matriz historiográfica, encontra-se no capítulo “Sentido da colonização”, no qual define o caráter agroexportador da colônia, identificando-a como um organismo social orientado à produção para o mercado europeu. Esse direcionamento foi responsável pelo ordenamento da sociedade colonial brasileira e pela permanência de seus duradouros efeitos na sociedade contempo-

rânea. Por causa disso, teríamos uma independência política, mas com uma dependência econômica (BAPTISTA JR., p. 37).

Com a preocupação em apresentar as permanências do traço colonial no Brasil da sua época (1942), escreveu em *Formação ...*

Os depoimentos dos viajantes estrangeiros que nos visitaram em princípios do século XIX são frequentemente de flagrante atualidade. [...] Quem percorre o Brasil de hoje fica muitas vezes surpreendido com aspectos que se imagina existirem em nossos dias apenas em livros de história; e se atentar um pouco para eles, verá que não são apenas reminiscências anacrônicas (PRADO JÚNIOR, 2004a, p. 11).

Em seguida apresenta, como um exemplo dessas permanências, o atraso tecnológico causador de sérios danos de ordem ambiental: os processos rudimentares empregados na agricultura do país à sua época, “a fonte de boa parte dos males que afligiam a colônia e que ainda hoje afligem o Brasil nação de 1942”.

Apesar das críticas feitas ao seu “economicismo”, por se preocupar em analisar a colonização na América como decorrente do avanço do capitalismo, Prado Jr. salienta na obra em análise as vantagens, mas também os limites e desafios impostos pelas condições naturais dos territórios a serem povoados e explorados pelo processo colonizador. Por acreditar nisso, trata com desenvoltura de fatores ambientais como flora, fauna, topografia, solos, rios, etc. Discute com acuidade os meios de transporte, a disponibilidade de alimentos, os usos e as potencialidades que as terras e as águas brasileiras ofereciam aos nativos, escravos africanos e colonos europeus.

Partindo do pressuposto que o sistema colonizador é moldado de acordo com o que o território oferece como condições naturais, Prado Jr. distingue a colonização da América em duas áreas e tipos: nas regiões de clima *temperado*, no norte da América, a colonização foi realizada por camponeses e perseguidos religiosos europeus. Seu objetivo era constituir “um novo mundo” numa área de características semelhantes às da Europa. Essa colonização, conhecida como de Povoamento, teria sido completamente diferente daquela que se desenvolveu nos trópicos “brutos e indevassados” e de “natureza hostil e amesquinhadora do Homem”. As condições naturais dos trópicos repeliam o colono europeu haja vista que o meio era diferente e desconhecido. Para se instalarem nessas áreas, teriam que serem atraídos por grandes vantagens econômicas e sociais: tornar-se-iam empresários de um negócio rendoso – a lavoura açucareira, no caso brasileiro – que seria desenvolvido em grandes extensões de terras doadas pela

Coroa. Nas regiões impróprias para a monocultura do açúcar, como na Amazônia, por exemplo, a extração de produtos exóticos e não existentes na Europa passaram a ser fontes de lucros e de atração.

Dado o volume de informações em *Formação...* sobre a vida econômica, social, política e cultural brasileira durante os três séculos de colonização, dividiremos o texto a seguir em duas partes: na primeira, respeitando a ordem estabelecida pelo autor, apresentaremos como ele percebeu a natureza como elemento essencial para o estabelecimento populacional inicialmente no litoral; em seguida, abordaremos como Prado Jr. enfatizou, a importância do meio ambiente para a organização da exploração colonial bem como os efeitos que esta trouxe para os recursos naturais.

No início da obra, Prado Jr. salienta a irregularidade da distribuição populacional pelo território colonial, fato que considerava ainda presente na sua época. Depois de identificar os fatores para a dispersão do povoamento pelo litoral brasileiro, o autor, com base em documentos escritos pelos cronistas e viajantes, conclui que o povoamento costeiro se distribuiu irregularmente, e para isso, “os fatores naturais que construíram a costa brasileira intervêm aí claramente”

Em conjunto, nosso litoral se apresenta pouco favorável ao estabelecimento do Homem; desenvolve-se numa linha regular e uniforme, quase sem sinuosidades ou endentações. Os abrigos, mesmos para pequenas embarcações, são escassos; além disso, a orla marítima é bordada, em regra, quando não por territórios alagadiços [...], por grandes depósitos arenosos que obstruem as brechas abertas para o interior das terras: a barra dos rios ou as lagunas. Os raros pontos favoráveis foram por isso avidamente aproveitados, e neles se condensou a população. O mais interessante desses pontos, pela extensão que abrange o curioso fenômeno natural que o avantajaja, é toda aquela extremidade Nordeste do país que se alonga do cabo Calcanhar (Rio Grande do Norte) até a altura de Maceió (PRADO JÚNIOR, 2004a, p. 40).

Nessas áreas, favoráveis à navegação costeira e com rios permitindo um fácil acesso ao interior, “quis a Natureza crescer um território litorâneo avantajado – solo fértil, relevo propício, abundância de matas fornecedoras de combustível e de bom material de construção. [...] Tornou-se também por isso um dos de mais elevada concentração demográfica” (p. 41).

Ao lado dos três maiores núcleos de povoamento – Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco – surgiram outros “sem horizontes, de expressão econômica e demográfica quase nula.” Para o autor, “todos eles, maiores, médios, pequenos, ligam-se a condições particulares e locais da linha costeira [...]” daí se

pode concluir que “os trabalhos humanos nada tinham realizado ainda para suprir o que a Natureza negava: *condições naturais favoráveis. Onde elas faltam, onde tudo não é posto à disposição dele, o Homem está ausente*” (2004a, p. 43, grifo nosso).

Seguindo o litoral, “quase sempre ingrato”, vamos chegar ao norte. Ali encontra-se o Amapá praticamente despovoado durante todo o período colonial, uma vez que era uma região “formada no seu litoral por terras baixas e alagadiças onde a vegetação costeira é muito difícil pela falta de abrigos, e a penetração interior quase impossível.” Ao sul desse “trecho inóspito”, abre-se o imenso delta do Amazonas, cujo povoamento foi facilitado “mercê desta admirável rede hidrográfica de comunicações que oferecem o grande rio e seus tributários” (PRADO JR., 2004a, p. 43).

E assim, percebendo as condições desfavoráveis ou não ao povoamento colonizador, o autor segue as suas análises destacando a forma como se deu a penetração da colonização do interior em face, principalmente, da mineração e da pecuária. A primeira, ocorrida de forma “brusca e violenta”, gerou núcleos populacionais em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Prado Jr. assinala a importância da hidrografia, do relevo e da formação geológica dessas regiões para a instalação da população.

Com relação à pecuária – responsável pela ocupação de grande parte do território brasileiro – Prado Jr. ressalta as condições naturais responsáveis pelo estabelecimento dos currais de gado do Nordeste, em Minas Gerais e no Extremo-Sul. Nesse aspecto é válido destacar a riqueza de detalhes quanto ao meio natural do semi-árido nordestino e as limitações impostas por este para uma regularidade no estabelecimento populacional:

[o relevo] se constitui de largos chapadões de terreno mais ou menos unido e plano; e a vegetação, [...], é formada de uma associação florística que, sem ser rasteira, é bastante rala para oferecer passagem natural franca, dispensando para a instalação do Homem quaisquer trabalhos preliminares de desbravamento ou preparo do terreno. A agricultura era aí impossível: faltava água; mas o gado encontraria horizontes largos, podendo difundir-se à lei da Natureza [...]. A forragem que oferece a caatinga não é com certeza succulenta; concede no entanto um mínimo de subsistência para rebanhos pouco exigentes, de grande resistência [...]. A aspereza do clima também não era favorável ao progresso dos rebanhos; verdadeiras hecatombes são produzidas pelas secas prolongadas. Há, no entanto, a este respeito, zonas privilegiadas, como as margens do rio São Francisco, do Parnaíba e dos seus afluentes, e outros rios de águas perenes, exceções raras nesta vasta região e que garantem pelo

menos aquele elemento indispensável às populações locais e fazendas ribeirinhas (PRADO JR., 2004a, p. 61-62).

A natureza salina permitiu o surgimento dos chamados “lambedouros”, onde o gado encontrava o sal de que precisava. A exploração e a comercialização desse mineral também contribuiu para a fixação populacional nos sertões nordestinos. Porém, nada tão importante quanto a água “tão preciosa neste sertão semi-árido”. Afora o povoamento às margens dos grandes rios, como o São Francisco, os do Piauí e do alto Maranhão, as cacimbas e os poços d’água reuniam todo o resto do povoamento. “Assim, onde o lençol subterrâneo é mais permanente e resistente às secas, bem como acessível aos processos rudimentares de que dispõe a primitiva e miserável população sertaneja, o povoamento se adensa. ‘Olho d’água’ é uma designação que aparece frequentemente na toponímia do sertão” (2004a, p. 64).

Corrêa (2006) apresenta algumas críticas aos estudos do historiador paulista. Para ela, como o fez Capistrano de Abreu na obra *Caminhos Antigos*, publicada em 1924, Prado Jr. em *Formação ...*, ao descrever o povoamento do Brasil do século XVI ao XIX, priorizou nas suas análises apenas a recuperação das vilas, fazendas, produção e estradas. Os territórios indígenas, seus sítios, suas roças e caminhos, as aldeias vizinhas às vilas coloniais foram desprezadas nessas análises. O sertão, que fica além do povoamento português, é visto como um espaço natural, uma natureza virgem marcada por uma mata escura, fechada, tropical, pela caatinga, pela zona árida, mas também pelo espaço aberto de difícil trânsito, pelos campos com vegetação rasteira e por rios encachoeirados. “Não conseguimos imaginar as sociedades indígenas vivendo, produzindo, comunicando-se, movimentando-se nesse espaço”, comenta Corrêa (2006, p. 67).

Em outras palavras, para esta historiadora, Caio Prado ao traçar o povoamento português no território americano desconsiderou as transformações processadas naquela paisagem.

O historiador paulista considerava os índios totalmente incapazes de adequarem o meio natural à sua cultura e à sua vida material. Segundo ele, a mata era o esconderijo dos índios que fugiam do avanço português. Partia do pressuposto segundo o qual os índios pouco interferiam no meio natural, uma vez que os portugueses, ao chegarem, encontraram um ambiente semiselvagem. O grande empecilho aos intentos coloniais foram os acidentes geográficos. [...] procurou na geografia os dados sobre a costa brasileira e os projetos para os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX (CORRÊA, 2006, p. 68).

Ainda para Corrêa, as análises pradianas provocam no leitor a sensação de que a vida, a história e o movimento transformador procediam dos estabelecimentos europeus. O que restava do território que viria a ser o Brasil, ocupado por sociedades tribais, estava isolado numa distância a-histórica e natural. O texto transmite, portanto, a falsa ideia de que aqui havia um vazio humano/cultural. Além disso, a autora em tela destaca que tanto Caio Prado quanto Capistrano de Abreu utilizaram predominantemente fontes do século XIX, quando há haviam se passado três séculos de ocupação portuguesa.

Contudo, as críticas feitas a Caio Prado Jr. não apagam o esmero com que ele detalhou os fatores naturais e a importância destes para o povoamento brasileiro em algumas áreas ou a inacessibilidade de outras. Mesmo que reconheçamos a procedência das críticas de Corrêa e de outros intelectuais, não podemos deixar de reconhecer que as abordagens do autor de *Formação...* são de grande valia não apenas para compreendermos o nosso passado, mas também para avaliarmos as interações que os nossos antepassados tiveram com o seu entorno ao longo da história.

Prado Jr. também foi enfático em sublinhar como traço permanente na nossa história econômica, o caráter *predatório e perdulário* do aproveitamento das riquezas das terras brasileiras, aspectos esses brilhantemente analisados nas obras de historiadores como Pádua (2004) e Dean (2004). Nos seus escritos, Prado Jr. examina as relações dos portugueses com os nativos, a terra, a fauna, a flora e a água, além de produzir um diagnóstico de destruição ambiental nada favorável aos senhores de engenho ou aos donos de minas, para citarmos apenas as economias mais fortes do período colonial.

A colonização portuguesa na América encontrou na agricultura, a partir de meados do século XVI, o meio recorrente de ocupação e de exploração. Para Caio Prado a atividade monocultora assumiu um aspecto comercial *devastador*, com a exploração absurda dos recursos naturais em proveito da economia portuguesa, satisfazendo assim o *sentido da colonização*: voltada para o mercado externo, para saciar as necessidades da metrópole.

Para o autor, independente da experiência que os portugueses tinham com a colonização dos trópicos ou de quaisquer outros motivos, as “condições naturais da colônia vinham ao encontro da política adotada”. A grande propriedade lavrada por trabalhadores dependentes, escravos ou assalariados foi o sistema de organização agrária que acabou dominando nos trópicos, mesmo quando outros são inicialmente tentados. “Combinam-se as dificuldades que o meio natural oferece ao trabalho de indivíduos isolados, [...], com as exigências técnicas de exploração tropical, [...], para fazer predominar aquele sistema” (PRADO JR., 2004a, p. 120).

Contava a produção de gêneros tropicais, sobretudo o açúcar, com um elemento natural de grande importância: a baixada litorânea *úmida e quente*, em que a qualidade excepcional de certos solos

vinha completar a excelência das condições climáticas<sup>3</sup>. O avanço das atividades agrícolas desenvolvidas na colônia foi considerável muito mais no aspecto *quantitativo* que *qualitativo*, uma vez que o progresso tecnológico da agricultura brasileira era praticamente nulo. Mesmo em princípios do século XIX, mantinham-se praticamente inalterados os processos técnicos do início da colonização. “Processos bárbaros, destrutivos, explicáveis e mesmo insubstituíveis na primeira fase da ocupação; mas que começavam já, pela insistência neles, em fazer sentir seus efeitos devastadores” (PRADO JR., 2004, p. 135).

O ínfimo nível técnico da atividade agrícola e dos engenhos de açúcar trouxe como resultados não só a baixa produtividade e a crise dessas economias, como também grandes e irreversíveis alterações na natureza, conforme denuncia Prado Jr. (2004a, p. 135) nas suas análises:

Para a instalação de novas culturas, nada de novo se realizara que o processo brutal, copiado dos indígenas, da ‘queimada’ para o problema do *esgotamento do solo*, outra solução não se descobrira ainda que o abandono puro e simples do local por anos e anos consecutivos, com prazos cada vez mais espaçados que o empobrecimento gradual do solo ia alargando. Para se tornar afinal definitivo. A mata, sempre escolhida pela propriedade natural do seu solo, e que dantes cobria densamente a maior parte das áreas ocupadas pela colonização, *desaparecia rapidamente devorada pelo fogo*. Assim, no litoral nordeste, entre outros exemplos, da densa e ininterrupta floresta, que se estendia na Paraíba até Alagoas, *sobravam apenas alguns restos* dos dois extremos de área (grifo nosso).

Contribuía para esta destruição o consumo indiscriminado e descontrolado de lenha pelos engenhos com suas vorazes fornalhas, como salientou Antonil em *Cultura e opulência do Brasil*, em 1711:

Querem as fornalhas, que por sete e oito meses ardem de dia e de noite, muita lenha; e, para isso, há mister dous barcos velejados para se buscar nos portos,

- 3 Na obra que estamos analisando, Caio Prado Jr. não se limita apenas a discutir as condições socioambientais da grande lavoura açucareira e as consequências desta. Pelo contrário, esforçou-se também em investigar esses aspectos em outras atividades agrícolas como o algodão, o tabaco e as lavouras de subsistência. Entretanto, para não prolongarmos o nosso tema, preferimos fazer um recorte e destacar a agromanufatura da cana, haja vista que esta foi a mais importante economia agrícola da colônia.

indo um atrás do outro sem parar, e muito dinheiro para a comprar; ou grandes matos com muitos carros e muitas juntas de bois para se trazer (ANTONIL, 2009).

Não se cogitava em utilizar o bagaço de cana como combustível, algo comum nas colônias inglesas, francesas e holandesas. A devastação das matas ocorria *pari passu* à expansão dos desertos estéreis, levando o colonizador a buscar solos frescos que não lhe exigissem muita energia, pois como assevera Prado Jr. (2004a, p. 207) “é a Natureza que realiza o melhor, e o *Homem confia mais nela que em seus esforços*” (grifo nosso). Tal situação, como não poderia ser diferente, trouxe a ruína de alguns engenhos por não terem acesso ao precioso combustível.

Quanto ao trato da terra, nada se fez para melhor aproveitar, restaurar ou conservar as propriedades naturais do solo.

Ela [a economia brasileira] fez convergir para um único fim, com o objetivo de um máximo e momentâneo proveito, todas as atenções e esforços; verdadeiro processo de bombeamento dos recursos naturais do solo, ‘agricultura extrativa’. A fatal separação entre a agricultura e a pecuária, corolário daquele sistema, [...] também foi funesta para o trato do solo, privando-o como privou do único elemento fertilizante de que poderia dispor: o estrume dos animais. E nem se procurou obviar ao inconveniente daquela separação, na medida do possível, aproveitando o gado que se empregava no manejo dos estabelecimentos rurais e que era numeroso. [...] Nem ao menos a bagaceira, inutilmente desperdiçada, se aproveitava como adubo. Quando estorvava pelo volume acumulado, incinerava-se (PRADO JR., 2004a, p. 136).

A ineficiência também era uma marca indelével no tocante à lavra da terra. Depois da *coivara*, processo há muito tempo usado pelos indígenas e apropriado pelos colonizadores, abria-se a terra para lançar nela a semente. Reforça o autor que aqui “[...] não se conhece mais que a enxada. *Nada mais primário*” (2004a, p. 137, grifo nosso).

Prado Jr. acrescenta ao baixo nível técnico dois aspectos que, na verdade, influenciam diretamente na manutenção desse padrão produtivo e nos seus efeitos: em primeiro lugar, a ineficiência do trabalho “semibárbaro do escravo africano”. Para ele, “seria difícil realizar qualquer coisa de melhor com trabalhadores dessa natureza. [...] A ignorância, a incapacidade, a falta de atenção e cuidado com que se maneja a fabricação do açúcar são de pasmar” (p. 139-140). Em segundo lugar, havia o reduzido nível

cultural da colônia, mergulhada na “mais baixa e crassa ignorância”<sup>4</sup>. Além disso, havia “uma administração mesquinha, ciosa unicamente dos rendimentos do fisco e dos particulares dessa chusma de burocratas incapazes e pouco escrupulosos que a metrópole nos remetia para este do Atlântico” (p. 140).

Entretanto, o autor adverte para o fato de que o baixo nível técnico das atividades agrícolas e os seus efeitos não se dão apenas pela incapacidade do colono, o qual em muitos casos não podia fazer melhor. Para ele, “o mal era mais profundo. Estava no próprio sistema, um sistema de agricultura extensiva que desbaratava com mãos pródigas uma riqueza que não podia repor” (p. 142). Para Martinez (2006), esse descompasso entre a extração de recursos da terra e a reposição de suas capacidades aproxima as análises de Caio Prado da observação feita por Marx quanto ao uso capitalista da terra e das dimensões que este irá assumir na era do industrialismo. Para o autor de *O Capital*, a perturbação no “metabolismo entre homem e terra”, provocada pela grande indústria, seria geradora de um crescente desequilíbrio entre os camponeses da terra e a restauração das condições naturais de fertilidade dos solos (MARTINEZ, 2006, p. 65).

Também uma das discussões mais ricas sobre as condições ambientais brasileiras e as ações humanas no processo de extração de riquezas encontra-se no capítulo de *Formação...* que trata da mineração. Nele, o autor examina a relação entre a forma como se processou a exploração aurífera e o declínio da produção do metal a partir da segunda metade do século XVIII. Apesar de elencar outros fatores de ordem econômica, social e política para a crise do ouro no Brasil colonial, Prado Jr. enfatiza os fatores naturais dessa decadência.

Assim, inicia a sua abordagem lembrando que o ouro explorado no Brasil provinha sobretudo de depósitos aluvionais recentes. Explorou-se inicialmente os *veios*, passando sucessivamente dos depósitos mais recentes e superficiais no leito dos rios para os mais antigos e profundos; depois para os *tabuleiros* e as *grupiaras*. A exploração das rochas matrizes, porém, não se fazia possível com os processos e instrumentos rudimentares utilizados na extração do ouro de aluvião, daí a impossibilidade, em certo momento e em determinados casos, de dar continuidade à extração. Resume, dessa maneira seu raciocínio:

- 4 Percebemos no texto de Caio Prado Jr. algumas considerações sobre as raças negra e indígena que podem ser vistas como etnocêntricas por alguns analistas. No capítulo intitulado “Organização social”, esse autor chega a afirmar que os indígenas da América e os negros africanos eram “povos de nível cultural ínfimo, comparado ao dos seus dominadores” (p. 271-272). Seriam, para ele, povos bárbaros, semibárbaros, passivos, ineficientes, daí o resultado não ser outro senão um “conglomerado incoerente e desconexo, mal amalgamado e repousado em bases precárias que é a sociedade colonial brasileira” (p. 276).

A indústria mineradora no Brasil nunca foi além, na verdade, dessa aventura passageira que mal tocava um ponto para abandoná-lo logo em seguida e passar adiante. E é esta a causa principal por que, apesar da riqueza relativamente avultada que produziu, drenada aliás toda para fora do país, deixou tão poucos vestígios, a não ser a *prodigiosa destruição dos recursos naturais que semeou pelos distritos mineradores*, e que ainda hoje fere a vista do observador [...] (PRADO JR., 2004a, p.171, grifo nosso).

Em síntese, a conquista do território brasileiro fez-se pela contínua exploração da natureza de uma região que, depois de apropriada, era abandonada em proveito de outras empresas e de outras terras, deixando para trás, e destroçados, homens, terras, rios, fauna e flora. Tratou-se, portanto, de uma forma de exploração dos recursos naturais caracterizada fundamentalmente pelo *utilitarismo* exacerbado, de caráter *predatório, perdulário, dissipador e destrutivo*; pelas drásticas intervenções nos ecossistemas causando impactos ambientais muitos dos quais irreversíveis; pelos fins mercantis e pela indiferença e ausência de racionalidade na manutenção de estoques dos recursos explorados (MARTINEZ, 2006, p. 68).

Todavia, é importante ressaltar o cuidado de não cometermos anacronismos e consideramos os colonos “culpados” pela devastação das áreas verdes, pois mesmo que à época tenham havido críticas e alertas quanto à devastação dos recursos naturais, a maioria deles sequer imaginava que seus atos poderiam implicar em futuros problemas de ordem ecológica. Ademais, seria uma posição simplista e bastante discutível considerar apenas esse fator em face da complexidade dos processos ligados à degradação de ecossistemas.

Atribuindo um caráter político nas relações do homem com o meio natural, Prado Jr. conclui que *na lógica da exploração colonial não havia outra possibilidade além da devastação*. Segundo ele, só uma transformação histórica radical acompanhada de reformas econômicas e sociais profundas poderia alterar esse quadro. Era necessário o rompimento definitivo com o passado colonial e a constituição de uma sociedade na qual os desafios da natureza tropical fossem vencidos por uma ação humana racional, construtiva, com a proteção do solo, das matas e toda a vida aqui existente.

## REFERÊNCIAS

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Disponível em: [www.ufrgs.br/proin/versao\\_1/cultura/index03.html](http://www.ufrgs.br/proin/versao_1/cultura/index03.html). Acesso em: 05 fev. 2009.

- BAPTISTA JR. A interpretação marxista aplicada ao caso brasileiro. **Biblioteca Entrelivros. Retratos do Brasil**, São Paulo: Duetto, n. 8, p. 30-34.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CASTELANI, Gláucia R.; BELATTO, Luis F. B. **Caio Prado Júnior**: uma possível análise. Disponível em: <[http://br.geocities.com/crb\\_bh/textos/Caio\\_Prado\\_Jr\\_-\\_Uma\\_possivel\\_analise.doc](http://br.geocities.com/crb_bh/textos/Caio_Prado_Jr_-_Uma_possivel_analise.doc)> Acesso em: 07 jul. 2008.
- CORRÊA, Dora S. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH, v. 26, n. 51, p. 63-87, jan./jun. 2006.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- DIEHL, Astor A. Caio Prado Júnior: as ideias de futuro que se tinha no passado e o pêndulo da razão. In: AXT, Gunter; SCHULER, Fernando (Org.). **Intérpretes do Brasil**: cultura e identidade. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004. p. 348-362.
- DRUMMOND, José A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.
- DUARTE, Regina H. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- MARTINEZ, Paulo H. **História ambiental no Brasil**: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006.
- MARTINS, Marcos L. **História e meio ambiente**. São Paulo: Annablume; Faculdades Pedro Leopoldo, 2007.
- PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- \_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- REIS, José C. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 9. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2007.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p.199, 1991.